

Jaguaribe: mais no social

O cientista político Hélio Jaguaribe alertou ontem para a necessidade de o Governo ter que investir mais no setor social do País em nível não inferior a 13% (contra os atuais 10,5%) do Produto Interno Bruto, mas de forma eficaz, pois os recursos "são muito mal aplicados e os resultados finais são modestos".

Acompanhado de mais de 50 cientistas políticos das três Américas e da Europa, Hélio Jaguaribe foi ao Palácio do Planalto comunicar ao presidente José Sarney os resultados do seminário sobre relações internacionais da América Latina, realizado em Brasília, e, ao sair, defendeu a criação de imposto sobre o patrimônio líquido, afirmando que o Presidente da República só recuou da idéia por pressões políticas. "Mas do ponto de vista social e econômico o impos-

to é correto", embora possa ser desaconselhável no momento.

De acordo com o cientista político, a adoção de um pacote fiscal como o que prepara o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, tem de ser considerado sob dois aspectos: o que se refere à tributação bruta e o da tributação líquida. A bruta, que já esteve em 26% do PIB, na década de 70, quando proporcionou um período de progresso, hoje é de 22%, e pode, com o pacote, voltar àquele patamar sem nenhum inconveniente. O que está provocando a redução da tributação líquida, em torno de 10%, atualmente, segundo ele, é o excesso de transferência de recursos para outros setores em forma de subsídio. "Isso é um absurdo", observa, defendendo uma elevação discreta da tributação bruta

"mas significativamente a líquida a pelo menos 16%". "Aí, acaba com o déficit fiscal e todos esses problemas do setor público, subalimentado de recursos e sobrarão recursos necessários para as inversões sociais".

Hélio Jaguaribe disse que, por isso, o pacote fiscal está no caminho certo ao pretender taxar "os sinais aparentes de riqueza". Os países europeus, como a França, aplicam esse imposto de forma moderada, mas que tem seu sentido.

O cientista político defendeu ainda a criação de um órgão de primeiro escalão ligado, portanto, à Presidência da República, para coordenar a aplicação de recursos na área social, sob o argumento de que a Sepian é de planejamento "e o que se precisa é de uma especialização para o plano social".